

Governo leva a credor plano de 4 anos

Brasília — O governo irá elaborar um plano definindo metas econômicas para o país nos próximos anos, para apresentar ao Banco Mundial (Bird) e ao comitê dos bancos credores durante as negociações da dívida externa. O plano irá propor que a renegociação da dívida seja feita de quatro em quatro anos, e não anualmente, e, para isto, definirá as necessidades de financiamento para o período, fixará superávits da balança comercial, metas de crescimento, emprego, tarifas públicas, política de preços e salários, expectativa de inflação e déficit público.

Todas estas metas, no entanto, antes de serem fixadas, serão discutidas e aprovadas informalmente pelo Congresso, explicou o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, que ontem reuniu a imprensa em seu gabinete, conversou com os jornalistas sobre dívida externa, inflação e política interna.

Muito bem-humorado, apesar do resfriado e de não ter, até o momento, qualquer previsão sobre o início da negociação com os bancos credores, Funaro informou que o comitê de assessoramento da dívida externa já enviou aos 700 bancos credores do Brasil telex comunicando a decisão do governo de elaborar um plano fixando metas para os próximos quatro anos, com a aprovação do Congresso.

O ministro da Fazenda não quis

descer a detalhes do plano, mas adiantou que a meta é de crescimento entre 5% a 7% para os próximos quatro anos. Para este banco, renovou a expectativa de um superávit de US\$ 8 bilhões da conta de comércio, o que significa que a necessidade de financiamento externo deverá ficar entre US\$ 5.5 bilhões.

Não detalhou se tal necessidade será atendida através de dinheiro novo, redução de juros ou de outras formas alternativas.

Anunciou que as tarifas das empresas estatais serão reajustadas de acordo com os custos das empresas e que não irão ocorrer novos congelamentos de preços e tarifas. O documento do governo brasileiro, segundo Funaro, não irá definir uma nova política econômica que exija excedentes exportáveis.

— O documento para os bancos irá fixar as metas já defendidas pelo PMDB, que determinam que a negociação da dívida não pode ser feita a qualquer custo, comprometendo o crescimento do país — garante Funaro, acrescentando que o documento será a declaração de princípios do governo brasileiro.

O governo quer mostrar aos credores, de acordo com ele, qual será a performance do país nos próximos quatro anos, mas o ajuste tem de ser feito dos dois lados — credor e devedor. Para o ministro da Fazenda, o governo já está demonstrando sua intenção de reduzir

drasticamente o déficit público, e dois pontos do controle orçamentário já estão definidos: o saneamento dos bancos estaduais e o fim do subsídio a trigo, que deverá ocorrer nos próximos dias.

Afastou totalmente o risco da hiperinflação que vinha sendo levantado no início do ano. Segundo ele, a inflação de fevereiro não deverá ser superior a 14%, o que demonstra que há uma tendência de estabilização neste patamar, que admite ainda assim, ser muito alto. Funaro se reuniu à tarde com o presidente do PMDB, Ulisses Guimarães, para explicar a intenção do governo de enviar ao Congresso o plano de metas, e negou que seja o mesmo plano elaborado pelo ministro do Planejamento, João Sayad.

— Ainda nem tive tempo de ler o plano da Seplan — explicou.

Um assessor do Planejamento, porém, disse que Sayad e Funaro combinaram na quinta-feira de manhã, por telefone, a redação de dois documentos: um para o Banco Mundial e outro para os bancos credores privados. Estes documentos, de acordo com este assessor, terão três pontos principais: ajustes de curto prazo para a economia interna, que já estão previstos no chamado Plano Sayad; metas de longo prazo já fixadas no Plano de Metas do governo; e estratégia de negociação do pagamento da dívida.